



**UNIPACE – ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO  
CEARENSE MBA EM GESTÃO E GOVERNANÇA PÚBLICA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**ÉTICA E POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO DA CIDADANIA  
OFERECIDA PELA ALECE.**

**ÉTICA Y POLÍTICA: UN ESTUDIO SOBRE LA FORMACIÓN CIUDADANA  
QUE OFRECE ALECE.**

Aluno: Fraraci Feijó Santos

Orientadora: Professora Mestra Taíse de Almeida Vasconcelos

**RESUMO**

O objetivo desta pesquisa se constituiu em investigar o perfil das ações e conteúdos de atendimento e formação para a cidadania que são oferecidas pela ALECE – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio da UNIPACE - Escola Superior do Parlamento Cearense, e pelo CRS - Comitê de Responsabilidade Social da . Trata-se de uma pesquisa de base qualitativa, bibliográfica e documental, que tem como sua fonte de dados o Portal da ALECE e o Portal da UNIPACE. A fundamentação teórica da pesquisa se dá a partir da discussão sobre os conceitos de Ética, Política e Cidadania, com a contribuição de livros e artigos sobre o assunto. Por fim, se apresenta e analisa o perfil das atividades de atendimento de formação/capacitação da cidadania oferecidas pelo CRS e pela UNIPACE aos servidores da ALECE e à sociedade em geral, examinando sua contribuição para o fortalecimento da prática da ética, política e ação cidadã, como estratégias de fortalecimento da democracia participativa.

**PALAVRAS-CHAVE**

Ética – Política – Cidadania – Democracia Participativa

**RESUMEN**

El objetivo de esta investigación fue investigar el perfil de las acciones y contenidos de servicio y formación para la ciudadanía que ofrece ALECE - Asamblea Legislativa del Estado de Ceará, a través de UNIPACE - Escola Superior do Congresso Cearense, y de CRS - Comitê de Responsabilidade social. Se trata de una investigación de base cualitativa, bibliográfica y documental, que tiene como fuente de datos el Portal ALECE y el Portal UNIPACE. La fundamentación teórica de la investigación se da a partir de la discusión sobre los conceptos de Ética, Política y Ciudadanía, con el aporte de libros y artículos sobre el tema. Finalmente, presenta y analiza el perfil de las actividades de educación/formación ciudadana que CRS y UNIPACE ofrecen a los trabajadores de ALECE y a la sociedad en general, examinando su contribución al fortalecimiento de la práctica de la ética, la política y la acción ciudadana, como estrategias para fortalecer la democracia participativa.

**PALABRAS CLAVE**

Ética – Política – Ciudadanía – Democracia Participativa

**INTRODUÇÃO**

A Assembleia Legislativa do Ceará – ALECE é conhecida como a Casa do Povo. Para além de suas funções primordiais, que são a produção legislativa e a fiscalização do Poder Executivo, a ALECE atende aos cidadãos, sejam servidores públicos e seus dependentes e/ou população em geral, através da oferta de uma série de serviços e projetos de cidadania, seja através de seus parceiros institucionais (Casa do Cidadão, Procon, etc.), seja através de seus próprios setores (DSAS – Departamento de Saúde e Assistência Social, CRS – Comitê de Responsabilidade Social e UNIPACE – Escola Superior do parlamento cearense, dentre outros). Dentre esses serviços está a oferta de cursos, projetos e eventos de capacitação e aperfeiçoamento profissional e formação para a cidadania, através de atividades presenciais ou no formato EAD (Educação à Distância), por meio de palestras e cursos de curta duração ou até mesmo cursos de pós-graduação em nível *lato senso*.

Considerando a importância dessa temática para a formação ética e política do cidadão, torna-se também importante investigar e verificar o perfil dessas ações de formação para cidadania, oferecidas pela ALECE, para delinear seu real potencial de contribuir para uma melhor prática ética e política dos cidadãos, no processo de fortalecimento da democracia participativa.

Assim sendo, a pergunta de partida da pesquisa foi: De que maneira as atividades de atendimento e formação para a cidadania, oferecidas pela ALECE, particularmente pelo CRS – Comitê de Responsabilidade Social e pela UNIPACE – Escola Superior do Parlamento Cearense tem contribuído para difusão de uma prática ética e política entre os cidadãos partícipes dos projetos, cursos e palestras, colaborando para o fortalecimento da democracia participativa?

O interesse por essa problemática de pesquisa surgiu a partir da atuação do autor no desenvolvimento de atividades de acompanhamento de cursos oferecidos pela ALECE ao cidadão através UNIPACE – Escola Superior do Parlamento Cearense, bem como observando os projetos e atividades de atendimento dos cidadãos e comunidades vulneráveis do entorno da ALECE,

desenvolvidos pelo CRS. Trata-se, com este estudo, de refletir sobre como os cursos oferecidos podem fortalecer a prática da cidadania dos beneficiados.

Nesta perspectiva, o objetivo desta pesquisa se constitui em investigar o perfil das ações e conteúdos de atendimento e formação para a cidadania que são oferecidos pela ALECE – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio da UNIPACE - Escola Superior do Parlamento Cearense, e do CRS - Comitê de Responsabilidade Social.

Este artigo está dividido em três seções. Na primeira, apresentam-se as bases metodológicas da pesquisa, fundamentalmente estabelecidas pela abordagem qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como fontes de coleta de dados da investigação. Já na segunda seção do artigo, é realizada a fundamentação teórica da pesquisa, a partir dos conceitos de Ética, Política e Cidadania.

A terceira seção apresenta o CRS e a UNIPACE, delineando-os como setores da ALECE. Mostra-se um pouco de sua estrutura de organização e que serviços e atividades de atendimento ao cidadão e formação para a cidadania oferecem à sociedade. Aqui é analisado o perfil dos serviços, projetos e atividades de formação oferecidos aos cidadãos pelo CRS e UNIPACE, analisando seu potencial para uma redefinição da prática ética e política dos cidadãos, na perspectiva do fortalecimento da democracia participativa.

Por fim, a conclusão da investigação aponta que os trabalhos do CRS e da UNIPACE apresentam um conteúdo de formação ética e política que valoriza a participação cidadã e contribui de maneira significativa para que indivíduos e grupos aperfeiçoem-se do ponto de vista profissional e humano. São ações que motivam, de maneira estratégica, para uma atuação política dos cidadãos, nos diversos espaços, ações e mecanismos democráticos de tomada de decisão sobre os diversos assuntos que interessam à sociedade, na perspectiva do fortalecimento da democracia, horizonte buscado pelo parlamento estadual do Ceará.

## **1 METODOLOGIA DA PESQUISA**

No que se refere à metodologia da pesquisa, este artigo se constitui numa abordagem qualitativa, tendo como métodos de coleta de dados a pesquisa

bibliográfica e a pesquisa documental. A abordagem de cunho qualitativo refere-se à forma como é desenvolvido o olhar científico sobre a realidade pesquisada. Trata-se de uma forma de se abordar os dados identificando os sentidos e significados que, na maioria das vezes, não podem ser percebidos apenas por meio de informações estatísticas comparadas. (HAGUETTE, 2001).

A abordagem qualitativa, dessa maneira, ajuda o pesquisador a identificar, descrever e interpretar a gênese e os sentidos de fenômenos particulares. É o que afirma Teresa Maria Frota Haguette (2001): “(...) os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de sua origem e de sua razão de ser.” (p. 63)

A pesquisa bibliográfica, por seu lado, se afirma a partir do estudo e análise de relatórios de pesquisa já sistematizados e publicados na forma de livros e artigos científicos sobre um tema específico investigado. Isto acontece através do que é definido como fontes secundárias de pesquisa.

Metodologicamente, então, um artigo científico que faz uso da pesquisa bibliográfica como fonte de coleta de dados sobre uma dada realidade, pode ser também definido e classificado como um trabalho eminentemente teórico. (GIL,1994)

Por outro lado, o método bibliográfico de pesquisa possibilita ainda uma abordagem ampla de um conjunto maior de fenômenos da realidade pesquisada. Como afirma Antonio Carlos Gil (1994): “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (p. 44). Dessa forma, esse tipo de coleta de dados envolve um trabalho minucioso e sistemático de seleção e classificação de títulos, de acordo com a problemática a ser pesquisada.

4

Lakatos e Marcondes (2003) definem as fases de uma pesquisa bibliográfica da seguinte forma: “a) escolha do tema; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação; d) localização; e) compilação; f) fichamento; g) análise e interpretação; h) redação.” (p. 44).

Os títulos investigados aqui, nesta pesquisa, foram selecionados durante a elaboração do pré-projeto de pesquisa, por meio da plataforma Google de pesquisa virtual, de acordo com as normas da ABNT<sup>1</sup>. Foram escolhidos as referências bibliográficas que analisam as categorias principais de investigação: Ética, Política e Cidadania.

Utilizou-se ainda, neste artigo, como fonte de coleta de dados, a Pesquisa Documental. Para Antônio Carlos Gil (1994), a pesquisa documental, apesar de semelhante à pesquisa bibliográfica, tem uma diferença que lhe é essencial, no que tange à natureza das fontes de dados. Diz Gil:

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. (p. 45)

Em outras palavras, com a pesquisa documental as informações são retiradas de documentos primários, como define Antonio Carlos Gil: “(...) documentos de primeira mão, aqueles que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, etc.”<sup>2</sup>

Nesta pesquisa, a principal fonte de dados está nos documentos produzidos para a formação sobre ética e cidadania oferecida pela ALECE através de seis cursos e capacitações. A análise do problema pesquisado se deu a partir da discussão entre os autores do referencial teórico e os conteúdos produzidos e sistematizados nestes eventos de formação.

<sup>1</sup> Associação Brasileira de Normas Técnicas.

<sup>2</sup> GIL 1994, p. 73

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 O Conceito de ética.**

Falar de Ética é necessariamente falar de convivência social. Pois, só existe ética porque existe convivência humana, que está fundamentada nas suas regras, normas e valores que ordenam suas relações sociais. É o que afirma

Tavares (2013):

No nosso dia a dia, a ética tem presença garantida, porque ela faz parte do ser humano em todas as suas atividades, funções, espaço, ou seja, na família, no trabalho, no lazer, enfim, onde o ser humano interage com outro, a ética aí se faz presente. (p. 04)

Mas, por outro lado, falar das regras, normas e valores de convivência é também falar de comportamento moral, que está fundada nesses elementos como instrumentos de ordenamento da vida social. Assim, podemos afirmar que a ética se refere a uma reflexão sobre o comportamento moral. “A ética é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica de comportamento humano.” (VÁZQUEZ, 2003, p. 23 citado por TAVARES, 2013, p. 5)

A palavra Ética tem sua origem no grego *ethos*, que significa costume, hábitos e valores de determinado grupo humano. Já a palavra Moral vem do latim *mos* – ou *mores* no plural – que também possui o significado de costume ou as normas adquiridas como hábito em sociedade. (TAVARES, 2013).

Assim, na origem das palavras, ética e moral apresentam-se com o mesmo significado. Mas, no entanto, aparecem como pontos de referência diferentes para a análise das condutas humanas. A ética, enquanto teoria ou reflexão filosófica sobre o comportamento moral situa-se no âmbito teórico da referência universal para a prática de sistemas de valores. A moral, por sua vez, enquanto sistema de regras e normas de comportamento em sociedade se apresenta como referência de conduta individual, o que pode, portanto, variar de uma sociedade ou grupo humano para outro. Ou seja, enquanto teoria da moral, a ética tem um ponto de partida universal para o julgamento das ações/condutas morais humanas. Sobre isso afirma Vasquez (2003, p. 20) apud Tavares (2013, p. 06) comenta:

6

A ética como disciplina teórica busca explicar e indicar o melhor comportamento do ponto de vista moral, mas como toda teoria não se distancia da prática, porque é a prática do comportamento humano que a sustenta e tem como função fundamental “explicar, esclarecer ou investigar uma determinada realidade, elaborando os conceitos correspondentes”.

Segundo Vasquez, então, a ética possui uma dimensão teórica, enquanto fundamento filosófico para o julgamento da ação moral humana, ao mesmo tempo em que possui uma dimensão prática porque é um referencial para a

tomada de decisões e escolhas das condutas individuais frente a situações que se constituem em dilemas morais em que se precisa escolher entre o que é certo ou o que é errado para o bem da coletividade, e não apenas para o bem apenas dos indivíduos tidos isoladamente. A ética é o julgamento das condutas morais, enquanto a moral é a prática de uma ética.

Nesta pesquisa, analisou-se a relação entre ética, política e cidadania. Em outras palavras, a ética aqui é abordada exatamente como um conjunto de valores que devem referenciar a prática social e política dos cidadãos, passando pela mediação da chamada educação para a cidadania oferecida pela ALECE.

## 2.2 O Conceito de Política.

A ideia de Política, na sua origem grega, relaciona-se diretamente à vida em comum, ou seja, à vida social. Etimologicamente a palavra política significa *vida na Pólis (Politikós)*, cidade grega. “Por Pólis se entende uma cidade autônoma e soberana, cujo quadro institucional é caracterizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembleia de cidadãos (politai).” (BOBBIO, 1998, p. 949)

Para Bobbio, a Pólis grega representa uma coletividade organizada em torno da vida em comum na cidade-Estado, ou seja, da vida social, onde as pessoas que ali atuavam são protagonistas das decisões sobre seus destinos em sociedade. (Idem) É ali que se inicia a prática daquilo que classicamente se define por Política. Afirma Bobbio:

Derivado do adjetivo originado de pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo Política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles, intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza,

7

funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas de Governo, com a significação mais comum de arte ou ciência do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade. (1998, p.958)

Conforme Bobbio, a Política, definida na filosofia de Aristóteles, se constitui na prática de organização do governo da vida na cidade, tendo como perspectiva primeira a construção de canais onde as decisões estratégicas sobre a vida social são definidas pela coletividade. Ao longo da história, esta ideia restringiu

o conceito de Política à própria origem das diversas formas de Estado, limitando seu alcance para a vida em sociedade e tornando-se objeto de estudo e reflexão da Filosofia Política e, mais tarde, da Ciência Política. Posteriormente, estes mesmos estudos sobre Política retomaram sua significação clássica de base grega, enquanto atividade social ou Práxis humana, o que lhe relaciona diretamente à ideia de Poder. Diz Bobbio:

O conceito de Política, entendida como forma de atividade ou de práxis humana, está estreitamente ligado ao de poder. Este tem sido tradicionalmente definido como "consistente nos meios adequados à obtenção de qualquer vantagem" (Hobbes) ou, analogamente, como "conjunto dos meios que permitem alcançar os efeitos desejados" (Russell). Sendo um destes meios, além do domínio da natureza, o domínio sobre os outros homens, o poder é definido por vezes como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina, malgrado seu, o comportamento. Mas, como o domínio sobre os homens não é geralmente fim em si mesmo, mas um meio para obter "qualquer vantagem" ou, mais exatamente, "os efeitos desejados", como acontece com o domínio da natureza, a definição do poder como tipo de relação entre sujeitos tem de ser completada com a definição do poder como posse dos meios (entre os quais se contam como principais o domínio sobre os outros e sobre a natureza) que permitem alcançar justamente uma "vantagem qualquer" ou os "efeitos desejados". O poder político pertence à categoria do poder do homem sobre outro homem, não à do poder do homem sobre a natureza. Esta relação de poder é expressa de mil maneiras, onde se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc. (1998, pp. 954-955).

Ora, segundo a citação acima, a Política se relaciona com o exercício de Poder entre os homens e suas instituições para garantir o controle e a posse dos bens simbólicos e da natureza como fonte de produção da existência da própria vida social, através da economia e das relações política. O que vai variar, portanto, neste processo de relações, são as formas e estratégias de organização e participação política dos cidadãos que legitimam a criação e o funcionamento das próprias estruturas do poder político. (BOURDIEU, 2002)

8

Pode-se intuir, assim, que a ideia de Política está direcionada à uma prática social que envolve as relações de poder dos homens entre si, através de suas diversas instituições (governo, trabalho, família, religião, etc) na perspectiva de organizar e ordenar suas ações para uma convivência em torno do bem comum. Esta concepção de Política nos remete ao conceito de Cidadania.

### 2.3 Conceito de Cidadania

Desde sua origem grega, Política e Cidadania são conceitos conectados,

articulados entre si. Se Política se refere à organização dos indivíduos para o fortalecimento do bem comum na vida coletiva na Pólis, a Cidadania se constitui no próprio exercício dos indivíduos para essa vida plena na cidade aconteça.

Em Atenas, no século V a.E.C., por exemplo, os indivíduos que compunham a Pólis eram considerados “iguais” no sentido de que participavam e deliberavam sobre questões da cidade, independentemente de seus recursos e diferenças sociais – condição esta que, todavia, era adquirida por nascença e excluía estrangeiros e escravos. A noção de cidadania perdurou no mundo antigo ocidental, sendo a cidadania romana (civis romanus) definida juridicamente, estendida que foi progressivamente às elites e homens livres mesmo nas províncias (ALESP - DICIONÁRIO DE PALAVRAS POLÍTICAS, 2020: p.22)

Ao longo da história, o conceito de cidadania vai sofrendo alterações, interpretações e redefinições. Após vários séculos de silêncio sobre esse conceito, que não foi abordado durante toda a Idade média e o período das monarquias absolutas na Europa, somente a partir do século XVIII, com o alvorecer da Modernidade Científica, a partir do Iluminismo francês e das chamadas Revoluções liberais (Revolução francesa, Revoluções Inglesas e Revolução Americana), é que se retoma a reflexão sobre o conceito de Cidadania.

Tal retomada se dá com fundamento em duas grandes concepções sobre a vida pública, que têm influência até hoje. Uma é a pluralista (fundamentada no pensamento de John Locke), que enfatiza que o poder estabelecido tem por função proteger a liberdade dos indivíduos e respeitar seus interesses particulares, sendo os cidadãos instados a se exprimirem livremente no espaço público, de forma que desta interação decorra o interesse comum. A outra é a tese universalista (derivada de Jean-Jacques Rousseau), que implica que o indivíduo, para acessar a condição de cidadão, deve abandonar suas aspirações privadas-egoístas em prol do bem comum da comunidade, decorrendo que desta concepção de cidadania são excluídos os pertencimentos particulares (de ordem religiosa, vínculos

9

sociais ou origem étnica), estes que devem ser restritos à esfera privada. [2] Esses conceitos foram colocados em evidência notadamente no contexto das revoluções burguesas setecentistas, como a Americana e, notadamente, a Revolução Francesa, cuja “Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”, de 1789, todavia, consagra a noção de cidadania sem estabelecer uma definição precisa. (IDEM, p. 23)

A citação acima indica que, a partir das concepções de Locke e Rousseau, a ideia inicial de base grega, em que a cidadania era definida como ação de participação política dos indivíduos nas instituições da sociedade política, é

parcialmente abandonada, dando lugar a uma concepção que aponta a cidadania expressa de maneira formal relacionada diretamente a uma atuação nas instituições do Estado-nação.

Nesse sentido, pode ser diferenciada uma cidadania formal, amplamente definida como a condição de membro politicamente reconhecido de um Estado-Nação, que adquire importância em consequência, por exemplo, no contexto de grandes movimentos migratórios transnacionais, de uma cidadania substantiva (conceito de T. H. Marshal), que se associa à extensão de direitos civis, políticos e sociais para toda a população. (IDEM).

Do exposto, portanto, percebe-se que a prática da cidadania não está relacionada a uma atuação política genérica do cidadão nas instituições da sociedade. Antes, refere-se a uma atuação política consciente do indivíduo, mediada pela educação, e voltada para a efetivação de direitos e deveres formalmente estabelecidos, o que contribui para o fortalecimento da democracia e a realização do bem comum.

É nesta perspectiva que se inserem as ações de fortalecimento da prática da cidadania desenvolvidas pela ALECE – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Trata-se de um conjunto de setores e ações que atendem tanto aos seus servidores públicos, como à sociedade em geral. É o que analisamos a seguir.

### **3 ÉTICA E POLÍTICA E CIDADANIA NA FORMAÇÃO DO CIDADÃO OFERECIDA PELA ALECE**

Em seu portal da internet ([www.al.ce.gov.br](http://www.al.ce.gov.br)) a ALECE apresenta, na janela Cidadania, uma relação de seus setores internos e ações no campo do

fomento à Cidadania. São 16 setores que atuam no campo do fortalecimento da cidadania, seja através de ações educação e formação para a ação cidadã, seja por meio de atendimentos realizados aos servidores públicos e à população em geral.

Para atender aos objetivos desta pesquisa, a investigação se restringiu à análise documental das ações de cidadania desenvolvidas pelo Comitê de Responsabilidade social e pela UNIPACE – Escola Superior do Parlamento Cearense.

### 3.1 Comitê de Responsabilidade Social da ALECE

O Comitê de Responsabilidade Social é o órgão interno da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, cuja finalidade principal é sistematizar, otimizar e gerenciar as ações de responsabilidade social da Casa Legislativa estadual do Ceará. Busca desenvolver estratégias e ações para ampliar a oferta de alguns serviços considerado básicos e necessários, com o intuito de contribuir para um desenvolvimento socioambiental sustentável, bem como contribuir para a promoção da qualidade de vida dos servidores da ALECE e da sociedade cearense.<sup>3</sup>

Criado em 2021, o Comitê é ligado diretamente à Presidência da ALECE. Em geral, seu trabalho é articular as ações de responsabilidade social com diversos parceiros da sociedade civil, buscando parcerias com instituições de ensino, entidades da sociedade civil e governamentais e agências de cooperação internacional, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).<sup>4</sup> Este Comitê se constitui de cinco Células de trabalho: Célula de Articulação e Fomento à Cidadania; Célula de Humanização e Desenvolvimento Social da Mulher; Célula de Saúde Mental e Práticas Sistêmicas Restaurativas; Célula de Saúde e Segurança do Trabalho; Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental.

<sup>3</sup> FONTE: ALECE. Disponível em: [al.ce.gov.br/cidadania](http://al.ce.gov.br/cidadania). Acesso: 20/05/2023. <sup>4</sup> Os princípios são derivados de importantes documentos internacionais, como a Declaração Universal de Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios Ambiente e Direitos Fundamentais no Trabalho, a Declaração do Rio sobre Meio e Desenvolvimento e a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção.

11

A Célula de Articulação e Fomento à Cidadania faz um trabalho focado na promoção do desenvolvimento social sustentável e na melhoria da qualidade de vida das comunidades a partir de ações em parceria com demais órgãos da ALECE, organizações da sociedade civil, mediadores comunitários, instituições de ensino e entidades governamentais. Promove a capacitação para a cidadania através de oficinas, rodas de conversa, formações específicas com temas que variam desde o empreendedorismo e a geração de trabalho e renda, até temas ligados ao fortalecimento da educação, saúde e bem-estar e ODS.<sup>5</sup>

Já a Célula de Humanização e Desenvolvimento Social da Mulher do CRS<sup>6</sup> atua promovendo projetos e ações para contribuir com o desenvolvimento, o autoconhecimento, as habilidades sócio-emocionais e a comunicação não

violenta direcionados a grupos de mulheres e homens da ALECE e de órgãos e organizações parceiros. Este trabalho visa promover a prevenção e a solução consensual de conflitos envolvendo problemáticas de gênero, como também o fortalecimento da autonomia e do empoderamento das mulheres na sociedade.<sup>7</sup>

A terceira Célula de trabalho do CRS é a de Saúde Mental e Práticas Sistêmicas Restaurativas. Esta Célula desenvolve algumas iniciativas com foco em saúde mental, problemas sócio-emocionais, comunicação não violenta, vivências pessoais e desenvolvimento sistêmico envolvendo o público interno e externo da ALECE. Realiza ainda atendimentos sistêmicos individuais e A grupos de exercícios sistêmicos, promovendo o autoconhecimento e o autocuidado das pessoas para efetivação da qualidade de vida.<sup>8</sup>

Outra Célula de trabalho do CRS é a de Saúde e Segurança do Trabalhador, que tem o objetivo principal de promover um ambiente de trabalho seguro e saudável, tanto aos servidores da ALECE, como aos seus parceiros de trabalho. Para isso, são realizadas ações no campo da educação em saúde,

<sup>5</sup>Idem.

<sup>6</sup> Comitê de Responsabilidade Social.

<sup>7</sup>Ibidem.

<sup>8</sup>Idem.

prevenção de acidentes de trabalho, e a promoção de bem-estar através da realização de palestras, cursos e atividades de sensibilização com temáticas diversas, desde a alimentação saudável, ginástica laboral e combate à incêndio e primeiros socorros, até o trânsito seguro, segurança ocupacional e ergonomia.<sup>9</sup>

Por fim, temos a Célula de Sustentabilidade e Gestão Ambiental. Através desta Célula, o CRS realiza um trabalho contínuo visando o uso racional dos recursos naturais e bens públicos, a gestão adequada dos resíduos gerados, as construções e compras públicas sustentáveis, a promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho e a sensibilização e capacitação dos servidores na questão ambiental. Isso acontece por meio de campanhas educativas, formações/capacitações, eventos sobre sustentabilidade, coleta, separação e doação para associações dos resíduos recicláveis da ALECE.<sup>10</sup>

Como podemos observar do exposto acima, todas as ações da CRS envolvem os servidores da ALECE e seus dependentes, as comunidades do entorno e a população cearense em geral, de acordo com o perfil de trabalho de cada Célula. Trata-se, então, de um trabalho amplo de promoção da ação cidadã das pessoas, que passa tanto pela realização de capacitações que promovem a educação para um comportamento cidadão, como pela realização de diversos tipos de atendimentos sociais e de saúde que fortalecem a própria condição de cidadania dos indivíduos e grupos envolvidos.

Ora, conforme os conceitos de ética, política e cidadania refletidos na seção anterior deste artigo, pode-se afirmar que, em geral, a atuação do CRS relaciona-se diretamente com uma prática social que fortalece os princípios éticos que valorizam o fortalecimento da cidadania individual e coletiva como estratégia política de fortalecimento da democracia participativa defendida pela ALECE.

<sup>9</sup>Ibidem.

<sup>10</sup>Idem.

Entretanto, considerando que esta pesquisa foi realizada exclusivamente a partir da análise dos conteúdos sobre as ações de cidadania da ALECE disponíveis em seu portal oficial<sup>11</sup>, percebe-se uma lacuna importante na divulgação dos resultados dessas ações de promoção e fortalecimento da cidadania, pois o portal da ALECE ao disponibiliza os relatórios de atividades do CRS, desde seu início no ano de 2021. Esse fato nos impede de fazer uma análise documental mais crítica sobre os resultados e impactos de todo o trabalho do CRS como ação de promoção da cidadania.

### 3.2 A UNIPACE - Escola Superior do Parlamento Cearense e a formação para a cidadania.

A UNIPACE - Escola Superior do Parlamento Cearense, denominada inicialmente como Universidade do Parlamento Cearense, surgiu através da Resolução nº 555, de 10 de julho de 2007, publicada no Diário Oficial do Estado – DOE em 13 de julho de 2007 e atualizada administrativamente pela Resolução 698/2019. É definida como um órgão de ensino, pesquisa e

memória da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.<sup>12</sup>

A UNIPACE possui como atribuição principal promover a educação por meio da capacitação e o desenvolvimento profissional dos membros e servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, bem como das entidades públicas do Estado e dos Municípios, através da realização de projetos e programas de aperfeiçoamento profissional, formação, capacitação e especialização nas suas áreas afins. Para esse trabalho, a UNIPACE está credenciada pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará para a oferta de cursos de especialização lato sensu.

A missão da UNIPACE se apresenta como:

a promoção de soluções que contribuam para o aperfeiçoamento do Poder Legislativo por meio da qualificação dos servidores, agentes e lideranças políticas e o fomento de políticas públicas inovadoras, com excelência dos serviços ofertados e responsabilidade cívica, aproximando os cidadãos da esfera legislativa.<sup>13</sup>

<sup>11</sup> al.ce.gov.br.

<sup>12</sup> Fonte: [www.al.ce.gov.br/cidadania/unipace](http://www.al.ce.gov.br/cidadania/unipace). Acesso: 21/05/2023.

<sup>13</sup> Idem.

14

A Missão da UNIPACE indica o compromisso da ALECE com a promoção de uma prática política voltada para o fortalecimento da cidadania, através da formação voltada para a formação, capacitação e qualificação direcionadas para a construção e efetivação de políticas públicas participativas.

Para realizar esta Missão, são desenvolvidas ações de ensino, pesquisa e extensão, além de realizar intercâmbio com Universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais e estrangeiras interessadas no desenvolvimento da cultura democrática e parlamentar.<sup>14</sup> São 5(cinco) eixos de atuação: Eja-Superação; Extensão; idiomas; Pós-graduação; e Qualificação de Servidores.<sup>15</sup>

Dentre estes eixos de atuação da UNIPACE, para fins desta pesquisa, destacamos o Eja-Superação, os cursos de idiomas e a Qualificação de Servidores. O Projeto Eja-Superação é realizado em parceria com a Secretaria Estadual de Educação, nas dependências do campus da UNIPACE, para a oferta de cursos supletivos para a conclusão de cursos de educação fundamental e ensino médio, direcionado a servidores, seus dependentes e

comunidade do entorno da ALECE.<sup>16</sup> Só aqui através desse projeto, podemos perceber uma ação estratégica de promoção da cidadania política por meio do acesso a uma oportunidade de educação a adultos que, por motivos diversos, foram impossibilitados disso na sua vida anterior.

Já a oferta de cursos de idiomas direcionados aos servidores da ALECE e seus dependentes é uma ação que amplia o acesso ao aprendizado de novos idiomas num mundo cada vez mais globalizado, mas que ainda o acesso ao aprendizado de uma língua estrangeira se apresenta de forma restrita para a maioria da população. Nesta perspectiva, pode sim ser identificando também como uma ação de educação para a cidadania com uma função social que amplia as possibilidades sociais e profissionais para os cidadãos que são servidores públicos da ALECE e seus dependentes.

<sup>14</sup> Ibidem.

<sup>15</sup> Fonte: [unipacealece.al.ce.gov.br/cursos](http://unipacealece.al.ce.gov.br/cursos). Acesso: 21/05/2023.

<sup>16</sup> Idem.

Por fim, no eixo Qualificação do Servidor, a perspectiva é de oferecer cursos de curta duração, palestras, seminários e outros eventos de capacitação que favoreçam ao aperfeiçoamento profissional e a formação da cidadania, preferencialmente para servidores da ALECE, mas também com vagas destinadas para servidores de outras secretarias e órgãos do governo do estado, das câmaras de vereadores e das prefeituras municipais. São atividades que abordam temas diversos definidos a partir da consulta participativa aos próprios servidores de todos os setores internos da ALECE.

Observando as atividades desses três eixos de ação do trabalho da UNIPACE, se percebe que os cursos e as demais atividades formativas oferecidas remetem a um compromisso político da instituição com uma formação voltada para o fortalecimento da cidadania de seus servidores, seus dependentes, agregados, outros servidores do Estado e dos municípios. E isso de fato para esse que contribui para o fortalecimento da imagem do Poder Legislativo estadual cearense como instituição preocupada com o fortalecimento da democracia e da qualidade de vida dos cidadãos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a refletir e analisar o perfil do atendimento aos cidadãos e formação para a cidadania, oferecidos pela ALECE, especificamente, por meio do trabalho realizado pelo CRS e pela UNIPACE, tendo os conceitos de Ética, Política e Cidadania como referencial teórico de análise. Metodologicamente a pesquisa fundamentou-se numa abordagem qualitativa, tendo a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental como fontes de coleta de dados da pesquisa. As principais fontes de dados foram as informações e conteúdos sobre o trabalho do CRS e da UNIPACE disponíveis na internet através de seus portais online.

A conclusão da investigação aponta que os trabalhos do CRS e da UNIPACE apresentam sim um forte conteúdo de formação ética e política que valoriza a participação cidadã e contribui de maneira significativa para que indivíduos e grupos aperfeiçoem-se do ponto de vista profissional e humano. O CRS

16

desenvolve suas ações a partir da realização de projetos envolvendo cinco Células de trabalho: Articulação e Fomento à Cidadania; Humanização e Desenvolvimento Social da Mulher; Saúde Mental e Práticas Sistêmicas Restaurativas; Saúde e Segurança do Trabalho; Sustentabilidade e Gestão Ambiental. Já a UNIPACE atua através da oferta de projetos de curso de aperfeiçoamento profissional e formação para a cidadania a partir de 5(cinco) eixos de atuação: Eja-Superação(educaçãod e jovens e adultos); Extensão( projetos em parceria com o CRS e outros setores da sociedade no campod a educação e sustentabilidade ambiental, divulgação e fortalecimento de direitos; idiomas); Pós-graduação; e Qualificação de Servidores (formação e aperfeiçoamento profissional para serdores públicos em diversas áreas).<sup>17</sup>

Todas estas são ações, por um lado, motivam de maneira estratégica, para uma atuação política dos cidadãos, nos diversos espaços, ações e mecanismos democráticos de tomada de decisão sobre os diversos assuntos que interessam à sociedade, na perspectiva do fortalecimento da democracia, horizonte buscado pelo parlamento estadual do Ceará. Por outro lado, as ações de formação para a cidadania do CRS e da UNIPACE também contribuem para uma melhor atuação cidadã dos próprios servidores públicos, tanto da ALECE como dos demais setores dos serviços público do Estado e dos municípios, no

atendimento e prestação de serviços à população, através da disseminação de uma prática profissional ética e política que sejam coerentes com os valores da democracia participativa, defendidas pela ALECE.

A investigação também mostrou que existem lacunas no trabalho de formação para a cidadania, realizado pelos órgãos da ALECE. Uma delas é a limitação de informações para a população, sobre os resultados dos trabalhos do CRS e da UNIPACE através de seus portais de internet. Existem relatórios de atividades e prestação de contas disponíveis para avaliação da gestão desses setores, mas não foi percebida a existência de uma divulgação mais ampla desses mesmos resultados numa linguagem mais simples e acessível à compreensão da população.

<sup>17</sup> Fonte: [unipacealece.al.ce.gov.br/cursos](http://unipacealece.al.ce.gov.br/cursos). Acesso: 21/05/2023.

17

No entanto, apesar dessas limitações identificadas, a pesquisa aponta e reafirma a importância desse trabalho de atendimento e formação da cidadania

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALECE – Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Disponível em: [www.al.ce.gov.br/cidadania/unipace](http://www.al.ce.gov.br/cidadania/unipace).

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política I** (Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino); trad. Carmen C, Varriale et ai.; coord. trad. João Ferreira; rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacaís. - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1ª ed., 1998. Vol. 1: 674 p. (total: 1.330 p.) Vários Colaboradores. Obra em 2v.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. São Paulo: Ática, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social, 4ª. Edição**. São Paulo: Atlas, 1994.

HAGUETE, Tereza Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

LAKATOS, Eva Maria & MARCONI, Maria Margarida de. **Fundamentos de Metodologia Científica, 5ª. Edição**. São Paulo, Atlas, 2003.

ORTEGA, Any e Silva, STANLEY Plácido da Rosa (organizadores). **Dicionário de conceitos políticos** São Paulo: ALESP - Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, 2020. 183f. Vários autores.

TAVARES, Fábio Roberto. **Ética, política e sociedade (Org.)**. Indaial:

Uniasselvi, 2013.

UNIPACE – Escola Superior do Parlamento Cearense. Disponível em:  
[www.unipace.al,ce.gov.br/cursos](http://www.unipace.al,ce.gov.br/cursos).